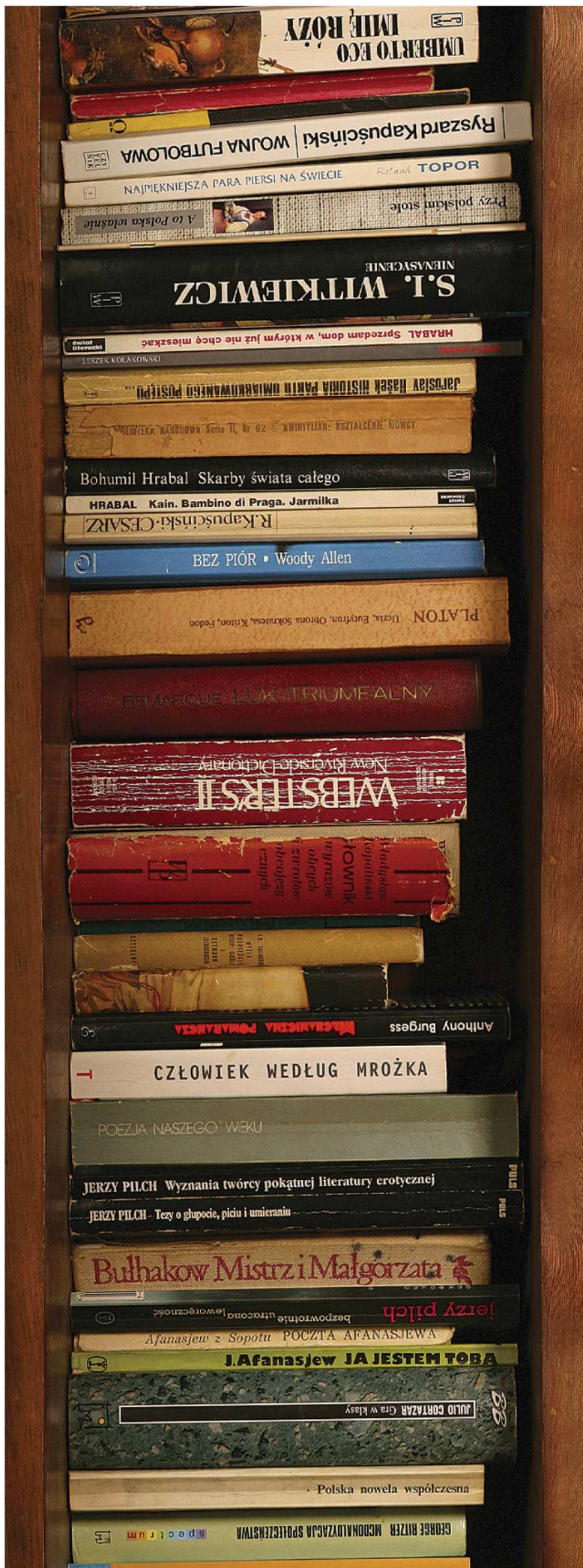


ISSN: 1980-0193

PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

Revista eletrônica de ciências
sociais aplicadas.

V.1, N.2, 2006



EDITORIAL

Perspectivas Contemporâneas
Faculdade Integrado
Campo Mourão – Paraná – Brasil
Av. Irmãos Pereira, 670, Centro
Fone: 55 44 3523 1982
CEP: 87301-010

Editor Chefe
Patrícia Regina Cenci Queiroz

Editor de Revisão e Correção
Ana Paula Previante Widorski

Editor de Língua Estrangeira
Aparecida da Penha dos Santos
Wilson Parteka Olipa

Editor de normalização
Vinicius Ortiz de Camargo

Editor de Layout
Luciana Aparecida Bastos

Projeto Gráfico e Edição Final
Emanuelle Torino
Marcos Vinicius Meira
Patrícia Regina Cenci Queiroz

Suporte Técnico
José Leandro Xavier
xavier@grupointegrado.br

revista *Perspectivas Contemporâneas*

Um dos maiores anseios dos seres humanos nas mais diferentes épocas é a busca da verdade, tornando-a uma das mais interessantes e difíceis proposições; tanto que, ao longo de sua existência na Terra, a humanidade tem buscado a verdade em diversas fontes, tais como a intuição, a autoridade, a tradição, o bom-senso e a ciência.

A ciência, em especial, por meio da realização de pesquisas e da utilização de experimentos e procedimentos científicos, busca a solução de problemas em inúmeras áreas.

Analisando brevemente o histórico das publicações periódicas evidencia-se sua importância no processo de comunicação científica, uma vez que são consideradas o principal meio de divulgação dos resultados de pesquisas e experiências, favorecendo a disseminação do conhecimento propiciado pelas descobertas da ciência.

As principais funções dos periódicos científicos são a memória e arquivo do conhecimento, a comunicação entre os membros de diversas comunidades científicas e a formalização do conhecimento.

Além disso, a literatura científica beneficia-se, talvez mais do que qualquer outra área da comunicação, do vertiginoso progresso da eletrônica e da Internet. A velocidade com que são transmitidas as informações, além de outros recursos que jamais seriam utilizados na versão impressa, certamente tem revolucionado a ciência.

Neste contexto, a revista ***Perspectivas Contemporâneas*** ao publicar seu segundo número, já conta com o registro no ISSN e publica um artigo internacional, isso demonstra o fortalecimento e a credibilidade que, com seriedade, a publicação conseguiu atingir em tão pouco tempo de existência.

Emanuelle Torino
Bibliotecária

MUDANÇAS TECNOLÓGICAS E O TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE.

Bruno Stramandinoli Moreno ⁽¹⁾

Faculdade Integrado de Campo Mourão, Campo Mourão-PR

RESUMO

Quando se pensa no caráter conferido ao trabalho ao longo dos tempos, vemos este engendrado, como papel central, na vida do ser humano. Em seus primórdios, configurado como uma atividade, dentre tantas que cercava o indivíduo, e assim envolvendo as demais atividades, quase que em sua totalidade. Com o passar o tempo, dentro da sociedade capitalista hodierna, trabalho é concebido como mercadoria (valor de troca): como meio de obtenção de proteções sociais, castigo, fonte de riqueza social, de reconhecimento social, processo entre o homem e a Natureza. O trabalho se apresenta central na construção das subjetividades, representações simbólicas, sentidos e significados do trabalho. Com o advento de novas formas de organização do trabalho, novas realidades econômicas, novas formas de governo, mundialização, enfim: a globalização, o indivíduo viu-se não mais pautando sua vida em necessidades de pertencimento à família, às comunidades, às organizações sociais, resquícios da modernidade, impelindo-o em acreditar em uma possibilidade de desenvolvimento de si como sujeito autônomo e livre.

PALAVRAS-CHAVE: comportamento, trabalho, automação, globalização e subjetividade.

TECHNOLOGICAL CHANGES AND THE JOB IN MODERN TIMES: SUBJECTIVE ASPECTS**ABSTRACT**

If we think about the job through our history, we will notice it has been playing the main role in human beings' lives. At first, it was classified as an activity, among others; it used to involve completely other activities. Later, in our modern capitalist society, job is seen as commodity (something that can be exchanged): as a way to get social protection, punishment, source of social wealth, social acknowledgement, relationship between man and nature. Job is presented in the central position in the building of subjectivities, symbolic presentations, meanings of the job. With the coming of new ways to organize job, new economical realities, new forms of government: globalization. Man doesn't see his life in the needs of belonging to his family, communities, social organizations, fragment of modernity, making it possible to believe that he might develop himself as an autonomous and free person.

KEYWORDS: behavior, job, automation, globalization and subjectiveness.

INTRODUÇÃO

Primeiro, passemos por entender, através de uma análise, os elementos básicos que compõem aquilo que Marx (2003) entende como trabalho. Marx concede ao trabalho um caráter dinâmico, caracterizado pelo processo relacional entre o homem e a natureza que se evidencia na ação transformadora deste sobre o objeto e na intrínseca relação entre os elementos essenciais do processo de trabalho (atividade orientada a um fim, objeto, meios). Mesmo da clareza brindada por Marx, vemos que a relação de compra e venda da força de trabalho no capitalismo, deixa brechas sobre como são envolvidos os aspectos subjetivos no processo de trabalho ao indicar que, ao final do processo de trabalho, expressão, ou seja, produto refletido pela imaginação do trabalhador, sendo que a transformação da matéria não é produto de esforços mecânicos, mas como afirma que além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. (Cf. CODO et al, 1994)

No bojo das concepções de Marx (2003), há que se considerar, além dos aspectos subjetivos envolvidos, o controle do capitalista – do proprietário – sobre a força de trabalho da qual extrairá o lucro, apropriando-se não só do produto, mas também do conhecimento, do trabalhador na sua relação com o objeto de trabalho.

O processo de trabalho tem sido analisado diferentemente por importantes teóricos ⁽²⁾ e, apesar das divergências conceituais, há um consenso sobre o caráter pioneiro da obra de Braverman – Trabalho e Capital Monopolista, como avanço à análise que se realiza sobre o processo de trabalho na atualidade.

Braverman (1987) realça a supremacia dos aspectos sociais do processo de trabalho em relação aos aspectos técnicos, concretizados nas novas relações da produção e no antagonismo entre os interesses do capitalismo (comprador da força de trabalho) e do trabalhador (alienado da força de trabalho). Assim surge a figura do supervisor, objetivando o controle, pelo capitalista do processo de trabalho.

Nesta concepção, o papel do supervisor está intrinsecamente vinculado à noção de controle. É com a separação da unidade do trabalho e seu parcelamento que a gerência adota nas estratégias de controle apropriando-se do saber operário para aumentar o controle do capitalista. De acordo com Heloani (2003), o supervisor adotou métodos para controle do trabalho, buscando no taylorismo as ferramentas que permitissem a análise da organização dos processos de trabalho e sua composição em operações de simples realização. Elege o taylorismo como a concepção que subsidia a organização do trabalho na contemporaneidade, tendo a gerência o papel central neste processo.

A separação entre concepção e execução, segundo Braverman (1987), além de evidentemente fragmentar o trabalho, subdivide o processo entre lugares distintos e distintos grupos de trabalhadores, sendo fundamental o papel da gerência no controle de cada etapa do processo produtivo. Outro aspecto são as conseqüências da nova organização do trabalho no tocante à degradação das capacidades do trabalhador. Nesta direção, este autor analisa o advento da organização fordista do trabalho, salientando o papel da gerência no controle do ritmo da montagem e inevitavelmente da produção, advertindo que o ofício é substituído por operações parcializadas e repetitivas, sendo o trabalhador usurpado do seu saber, conduzindo-o à degradação.

As críticas à perspectiva de processo de trabalho em Braverman (1987) ressaltam que o autor incorpora a dimensão de Marx, em detrimento da dimensão menos visível que se aproxima da subjetividade do trabalhador, também, focalizam a rigidez de sua noção de controle, do papel da gerência, da adoção do taylorismo como determinante para a separação da unidade trabalho, aliado ao extremo antagonismo entre interesse do capital e trabalhadores. Nesta perspectiva, emerge na atualidade um acirrado debate sobre a questão.

Percebe-se que novos elementos são colocados à luz da análise pelos teóricos da Sociologia do Trabalho, avançando ou mesmo contradizendo as concepções do autor sobre o processo de trabalho. Atualmente, existem certas concordâncias acerca da existência de elementos de interação entre o capital e trabalhadores, sendo identificados por alguns em espaço de “*negociação*”, outros de “*consentimento*”, e até

de “fragmentada interação”. Assim, Burawoy (1990) propõe que o entendimento de processo de trabalho deva ultrapassar os limites da relação conflito e resistência, incluindo a base do consentimento, evitando as análises que se restringem ao antagonismo entre os interesses do capital e do trabalho e buscando o desenvolvimento de teorias que identifiquem os interesses destes segmentos.

Por outro lado, Burawoy (1990) não acata a noção linear de controle no mundo do trabalho e apresenta outra concepção: a de consentimento, entre capitalistas e trabalhadores tanto na esfera econômica (produção de coisas) quanto na política (produção de relações sociais) e ideológica. A pedra angular desta concepção é o “jogo” que permeia as relações, legitimando as condições e regras dos locais de trabalho e aproximando alguns interesses de trabalhadores e gerência. Burawoy (1990) formula críticas a Braverman (1987) por identificar apenas no local de trabalho as estratégias de controle do trabalhador e por colocar no taylorismo, através de separação da unidade de trabalho, os elementos propiciadores do controle na produção. Pode-se indicar entre outras críticas, que o autor formula a Braverman (1987), a de localizar no capitalismo avançado o espaço de desqualificação do trabalhador e não identificar as possibilidades de novas qualificações (BURAWOY, 1990, p.31).

Muito embora reconheçam os méritos das concepções de Burawoy (1990) para a sociologia do trabalho, principalmente no que tange ao relacionamento entre trabalhadores e gerentes. Indicam como ponto central à adoção da lógica funcionalista que culmina num enfoque essencialista da subjetividade, na falta de relação de certos regimes fabris a determinada fase do capitalismo e na eleição do mundo da produção em detrimento de outras formas de relações sociais – escola, família, igreja – como instâncias que controlam os trabalhadores.

Apesar das recentes críticas dirigidas à abordagem de Burawoy (1990), é indubitável a sua contribuição para a análise do processo de trabalho na atualidade, especialmente nos aspectos concernentes à distinção entre “*relações na produção*” e “*relações de produção*”, além da noção de mundo fabril que ultrapassam a instância econômica e envolvem a dimensão político-ideológica, ficando evidenciados os

aspectos subjetivos do processo. Enfim, o jogo existente no “chão de fábrica” permite a emergência das estratégias de consentimento entre trabalhadores e patrões.

É interessante notar que o debate acerca do processo de trabalho contribui tanto para a importância da subjetividade na análise dos elementos circunscritos ao mundo do trabalho (especialmente no que tange às relações entre os sujeitos, o objeto e os instrumentos de trabalho) como os aspectos concernentes à sua gestão.

Assim, sem desprezarmos os aspectos concernentes à base tecnológica e à organização do trabalho, a questão da singularidade ultrapassa os limites do coletivo dos trabalhadores, sendo que a dimensão subjetiva sobressai na dinâmica do processo de trabalho. Nesta perspectiva, a análise da subjetividade e do trabalho tem sido alvo de abordagens oriundas de diversos campos do conhecimento, redundando inevitavelmente no privilégio de alguns aspectos em detrimento de outros.

Os elementos subjetivos envolvidos no processo de trabalho permitem, já a partir de Marx pensar na intrincada relação do homem com o instrumento de trabalho especialmente quando assinalada que o produto de trabalho reflete a imaginação do trabalhador. Todavia Burawoy (1990), na análise que desenvolve sobre o mundo fabril, que ficam explicitadas as relações imaginárias e trocas simbólicas nas relações de trabalho, ao focalizar a indissociabilidade das esferas econômica, política e ideológica.

É também em Burawoy (1990) que se encontra a noção de consentimento como fruto de um jogo que ocorre no “chão de fábrica”, pautado em interesses e necessidades concretizadas através de regras informais entre trabalhadores e capitalistas, tornando o trabalho mais agradável e fortalecendo a produção. A partir destas concepções aliadas a estudos mais recentes que lidam com esta temática, é possível identificar a dimensão subjetiva envolvida no trabalho.

O exame dos aspectos subjetivos envolvidos no trabalho conduz às instâncias da gestão e do controle das relações de trabalho. A análise dos elementos que mediatizam as relações de trabalho as relações de trabalho, e o significado que adotam em realidades micro e macrosociais “[...] nascem das relações sociais de produção, constituindo a forma particular de interação entre agentes sociais, que

ocupam posições opostas e complementares no processo produtivo: trabalhadores e empregadores [...]” (FLEURY, 1989, p. 114)

A compreensão das relações de trabalho pela autora pressupõe várias instâncias: “[...] a política, a organização do processo de trabalho, as políticas administrativas para a gestão do pessoal e a simbólica [...]” (FLEURY, 1989, p. 114) consideradas imprescindíveis para o entendimento dos padrões de relações de trabalho que ocorrem no interior das organizações.

Ao analisar as questões da subjetividade, Fleury (1989) busca no referencial antropológico, particularmente na concepção de cultura, a sustentação para a análise da “*instância simbólica*”. Também adota como elemento de análise o mapeamento das relações de poder entre categorias e áreas da organização, constituídos pela “[...] análise do processo de trabalho e das práticas administrativas [...]” (FLEURY, 1989, p. 117). Assim a autora concebe a instância do simbólico como capaz de dar significados especiais, construir a identidade organizacional, tendo ação tanto na manutenção como na mudança de valores organizacionais.

Ao analisar o impacto das novas tecnologias de base microeletrônica no setor industrial, Abramo (1988) salienta a sua complexidade, indicando que rompe a esfera do emprego, salários, relações de poder e condições de trabalho e tem repercussões na subjetividade do trabalhador. Por outro lado, indica que os sentimentos dos trabalhadores sobre a convivência com estas novas tecnologias são heterogêneos e complexos, devendo-se investigar sobre o impacto:

[...] na subjetividade dos trabalhadores em seu sentido amplo, assim como os seus possíveis significados no que diz respeito à [construção] da sua identidade, à maneira de pensar a si mesmo, o seu trabalho e seu lugar na sociedade [...]. (ABRAMO, 1988, p. 158)

2. SUBJETIVIDADE E GLOBALIZAÇÃO: A NOVA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO TRABALHADOR

Ao falar sobre a globalização, pensemos numa disputa pelo conteúdo da mesma que se faz a partir de objetivos concretos, e não de uma intangível agenda global, havendo assim, vetores gerais que produzem efeitos locais que mobilizam

atores grandes e pequenos. Trata-se da exploração de como isto se relaciona com o tema da identidade.

Ressaltando que a globalização pós-fordista (Cf. HELOANI, 2003) representa um novo regime da relação entre o geral e o particular, o universal e o singular, torna-se perceptível um curioso movimento. A crítica ao globalismo moderno (expresso em modelos institucionais ou objetos culturais) não significa uma recusa da globalização, mas uma localização do globalismo (Cf. BURITY, 2001). Isto é, tanto a subjetividade pode, em nome de certos direitos amplamente reconhecidos, reivindicar uma autonomia parcial ou mesmo secessão; identificar outros grupos sociais cuja presença representaria uma ameaça a ser neutralizada; ou ainda reclamar sua inclusão no “*pacto de sociedade*” (LACLAU, 1993), mais amplo em que se inserem. Desta maneira, de um lado temos uma micro-globalização em conflito entre si e com o Estado, e do outro a reivindicação local do globalismo como demanda por inclusão.

Isso resulta na experiência da identidade como construção, no passo que confrontamo-nos com o anseio, de movimentos e grupos, em estar na direta continuidade com um passado ameaçado de destruição ou injustificadamente violentado. Não há identidades puramente expressivas. Há, em consequência da lógica da globalização, segundo Burity (2001), reafirmações de identidades combinadas às novas ênfases e objetos de disputa; como uma reinvenção de identidades para objetivos políticos ou mercadológicos (inclusive como forma de “apresentação” da diversidade local que funciona na indústria do turismo); e surgimento de novas identidades. Em cada um dos casos, construção da identidade – para legitimar uma situação, para resisti-la ou para introduzir nela novas questões e práticas que apontam para projetos de mudança social.

[...] novo tempo que assumiu a rubrica de pós-modernismo, palavra impossível de evitar, referente aos ciclos históricos, aos estilos estéticos e às marcas da época reescritos na ordem da sociedade e no comportamento humano privado, nos sistemas de pensamento, de projetos e de valores. [...] É este sujeito [...] que não pode se identificar com nenhum significante a não ser ao preço de seu desaparecimento. Sua condição é o próprio corte no sentido. Ele é pontual quanto à verdade que, ao vir à luz, perde-se no saber [...] (DA POIAN, 1998, p. 174/175).

A subjetividade na contemporaneidade é caracterizada pela expiração das garantias absolutas. Como se não existissem mais identidades, existindo sim, posições de sujeito dentro da trama de relações discursivas e históricas. Como se fosse incoerente perseguir uma essência desse sujeito. Aversa à regularidade a condição subjetiva na contemporaneidade procura imputar uma lógica (como um movimento) do privado em direção ao coletivo. Isso fica notório, em nossa sociedade hodierna, apregoadora de um novo paradigma, o pós-fordismo; assim nos vemos em uma sociedade usurpadora do sujeito, impelindo-o por veredas de caráter altamente competitivo e flexível. Onde a idéia da necessidade de se desenvolverem “*iniciativas*”, “*atividades cognitivas*”, “*capacidade de raciocínio lógico*” e um “*potencial de criação*”, as quais gerem respostas imediatas por partes dos indivíduos constituintes desta sociedade informatizada. Isso gera um novo design nas fronteiras entre o público e o privado: findou-se a era do sigilo absoluto. (Cf. MERQUIOR, 1994; HELOANI, 2000)

3. A GUISA DAS CONCLUSÕES

Os referenciais estáveis, naturais, de orientação no mundo se tornaram frágeis e insuficientes para garantir uma movimentação coerente e previsível no espaço social. O movimento de extensão e contração da sociedade civil e do estado, imposto pela lógica da globalização:

[...] não há mais uma continuidade entre a lógica da formação do poder na rede global e a lógica da associação e representação em sociedades e culturas específicas. A busca de sentido tem lugar então na reconstrução de identidades defensivas ao redor de princípios comunais. A maior parte da ação social vem a se organizar na oposição entre fluxos não-identificados e identidades isoladas. (CASTELLS, 1997, p.11).

A emergência de novas identidades, a economia das relações entre as identidades (explicitamente posta em tela pelo multiculturalismo), as perspectivas abertas pelo jogo da identidade no cenário global exprimem um aspecto constitutivo da dinâmica da globalização. Tornando tudo às claras, a dimensão controvertida da globalização ressalta precisamente a visibilidade e produtividade política que a questão da identidade assume. Falar de globalização é, antes de mais nada, salientar este campo de contestação aberto pela operação da globalização em contextos onde prevaleceram atitudes deslegitimadoras (IANNI, 1996) da diferença cultural em

função da exclusão social, da inserção subordinada na ordem econômica e política internacional e da adesão aos modelos da modernização.

Também emergem na esteira dos efeitos desterritorializantes e desinstitucionalizantes da globalização, identidades que, se beneficiando do enfraquecimento das antigas unidades políticas e culturais da modernidade dos anos 1990 – neste caso, não se trata necessariamente de novas identidades, podendo haver o retorno de antigas formas de identificação comunitária, julgadas extintas, pelos discursos da modernização. Isto nos possibilita afirmar que “[...] uma série de deslocamentos (econômicos, políticos, culturais) tenham o efeito de tornar os indivíduos susceptíveis à interpelação de uma pluralidade de formas de [...] subjetivação” (BURITY, 2001, p. 28), quebrando suas unidades, o que acarreta mal-estar e sofrimento, ou em contra partida libertando tais indivíduos da submissão estreita de uma única comunidade ou instituição social.

Mesmo assim, foquemos as identidades, reagindo, num movimento de ressincronização espaço-temporal, aos efeitos desestruturadores da globalização. Isto é, através de uma reação (em forma da retração, “*privatização*”) contra os possíveis perigos ou inimigos de uma “*abertura*” aos fluxos globais para a segurança, a sobrevivência dos projetos do grupo. Pela impotência ou pela assertividade agressiva do “*seu*” espaço, tenta-se (re) estabilizar o estado de fluxo, as exigências de contínuo reajustamento, as incertezas de um futuro desconhecido. Neste contexto, a organização em bases territoriais locais (o nacionalismo) são algumas das expressões deste desejo de estancar o fluxo das mudanças permanentes e aparentemente sem direção que as sociedades nacionais ou grupos/comunidades subnacionais vem sofrendo: como efeito de uma espécie de destino incompreensível e implacável.

As questões que envolvem as relações entre a sociedade e o impacto tecnológico (pós-fordista) na contemporaneidade hodierna têm sido analisadas por diversos ângulos, a partir de diferentes aportes teóricos. Podem-se distinguir abordagens que privilegiam o impacto tecnológico no desenvolvimento econômico, outras que elegem os aspectos concernentes aos desafios tecnológicos e sociais e, finalmente, as que visualizam no tecnológico, apenas, o seu papel na transformação da organização social. Há que se considerar, portanto, ao analisar o trabalho na

atualidade, os elementos subjetivos envolvidos nesta relação que ultrapassam a perspectiva dos elementos básicos do processo de trabalho e envolvem as relações simbólicas deste processo do trabalhador com a nova configuração do trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L.N. A subjetividade do trabalho frente à automação. In: ABRAMO, L.N.; SOUZA, N.H.; FALABELLA, G.; SILVA, R.A. **Automação e movimento sindical no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

BASSIT, A.Z.; CIAMPA, A.C. & DA COSTA, M.R. **Identidade: teoria e pesquisa**. São Paulo: EDUC, 1985.

BORGES-ANDRADE, J. E.; CODO, W.; TAMAYO, Á. **Trabalho, organizações e cultura**. São Paulo: Autores Associados, 1997.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BURAWOY, M. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, ANPOCS, v.5, n.13, jun. 1990.

BURITY, J. A. Globalização e identidade: desafios do multiculturalismo. **Trabalhos para discussão** n.107, mar. 2001. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/107.html>>, acessado em 20/03/2003.

CASTELLS, M. **O Poder da identidade**. Porto Alegre: Paz e Terra, 1997. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, vol. II)

CIAMPA, A. da C. Identidade. In: CODO, W.; LANE, S. T. M. **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CODO, W. Um diagnóstico do trabalho. In: BORGES-ANDRADE, J. E.; CODO, W.; TAMAYO, Á. **Trabalho, organizações e cultura**. São Paulo: Autores Associados, 1997.

CODO, W; SAMPAIO, J.J.C. & HITOMI, A.H. **Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DA POIAN, S. M. Pós-modernismo e psicanálise: reflexões perigosas? **Cadernos de Psicanálise**. Rio de Janeiro, v.10, n.12, p.p. 5-32, 1998.

FLEURY, M.T.L. O simbólico nas relações do trabalho. In: FLEURY, M.T.L. & FISCHER, R. (Coords.) **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1989.

HELOANI, R. **Anotações de sala-de-aula da disciplina estratégias de pesquisa I** – do curso de especialização em psicologia organizacional e do trabalho. Londrina: Universidade Estadual de Londrina – UEL, 2003. (Informação Verbal)

_____. **Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Cortez, 2000.

IANNI, O. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JACQUES, M. da G. C. Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. In: BORGES-ANDRADE, J. E.; CODO, W.; TAMAYO, Á. **Trabalho, organizações e cultura**. São Paulo: Autores Associados, 1997.

LACLAU, E. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 21.ed. Tradução de Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Livro I.

MERQUIOR, M. Sujeito? Que sujeito? **Cadernos de Psicanálise**. Rio de Janeiro, v.14, n.8. p. 28-56, 1994.

NOTAS

⁽¹⁾ Mestre em Ciências da Motricidade pela UNESP – Universidade Estadual Paulista (2005); Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela UEL – Universidade Estadual de Londrina (2003) e Psicólogo pela UEL – Universidade Estadual de Londrina (2002). Endereço para correspondência: Av. Irmãos Pereira, 670 – Centro – Campo Mourão - PR. CEP: 87.301-010. E-mail: bstm@grupointegrado.br.

⁽²⁾ Esta temática pode ser encontrada em Heloani (2000).

Enviado: 14/03/2006
Aceito: 25/07/2006
Publicado: 30/11/2006